

RESUMO DE TRABALHO ACADÊMICO

A CLÍNICA SOB CUSTÓDIA:

DISCURSOS E PRÁTICAS DOS PSICÓLOGOS EM PRESÍDIOS

Ana Claudia Nery Camuri Nunes*

Cristina Mair Barros Rauter**

Palavras chaves: clínica, violência, prisões.

O trabalho analisa questões relacionadas a violência e a criminalidade, vistas como fenômenos políticos ligados ao modo de produção capitalista e suas ressonâncias no campo da subjetividade. O texto foi construído a partir de uma perspectiva clínica-teórica transdisciplinar. A pesquisa de campo foi realizada através do método cartográfico. As ferramentas foram: observação participante e entrevista semi-dirigida com Psicólogos do Sistema Penitenciário do Município do Rio de Janeiro. Partimos da hipótese de que neste espaço não só o detento se encontra sob custódia, mas também o psicólogo com seus discursos e práticas. Discutimos ‘*para quê*’ e ‘*a quem*’ servem as prisões e a formação do dispositivo da delinquência. Realizamos uma breve análise da Lei de Execuções Penais (LEP) de 1984, de 2003, do Regulamento Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro (RPERJ) de 1986 e documentos produzidos pelos psicólogos com o objetivo de mapear as forças institucionais e compreender os impasses vividos por eles, posto que são sempre convocados a ocupar o lugar de agentes do controle social, através da confecção do Exame Criminológico e da participação nas Comissões Técnicas de Classificação (CTC). Por último, analisamos o que se produz no encontro entre a instituição e estes profissionais - as dificuldades e possibilidades. Chegamos a formulação de que não há um contrato clínico entre o psicólogo e o paciente-detento e sim do psicólogo com a instituição. Percebemos que alguns Psicólogos estão mortificados, ou melhor, “envenenados” e isso é um efeito institucional, tendo em vista que todos que estão lá são atravessados constantemente por forças destruidoras das subjetividades, como a violência, a tortura, o desrespeito aos direitos humanos e à vida. Podemos considerar que tais forças são “micro-facismos” que permeiam o campo social. São linhas segmentarias que barram os processos de transformação e ajudam a compor subjetividades depressivas, pessimistas, irritadiças, desconfiadas, contraditórias e agressivas. Apesar das dificuldades apresentadas pelos Psicólogos foi possível perceber o empenho de alguns em construir estratégias para escapar à prisionização que os atingem. A idéia de se realizar clínica na prisão pode-se ser tomada como um paradoxo, pois rigorosamente, não podemos tratar de alguém encarcerado. Os Psicólogos não podem negligenciar a condição de encarcerado daquelas pessoas e começar apenas a escutá-los achando que não têm nada a ver com o cárcere e

* Aluna de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq)

** Professor Associado I da Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Universidade Federal Fluminense. Campos do Gragoatá, Bloco O Sala 214. São Domingos. CEP: 24220-350 – Niterói, RJ.
E-mail: c.rauter@terra.com.br

sua lógica perversa, isso seria dissociar a intervenção clínica das questões políticos-institucionais. Não acreditamos que a prisão possa fazer custódia, mas ao pensarmos no desejo como pura positividade e produção podemos falar de linhas de fuga e moleculares que atravessam qualquer lugar, até mesmo a prisão, mas nunca a achar que “a prisão” pode se tornar um lugar ameno. Esperamos que esta pesquisa forneça subsídios para a construção de estratégias resistência aos processos de mortificação que ocorrem no interior da engrenagem carcerária e que apontem para a coletivização e para criação de práticas clínicas que sejam espaço de gestação de novas subjetividades, fazendo emergir novos sentidos, subjetividades, discursos e práticas mais potentes e criativos no sentido de fazer face ao controle social contemporâneo.

Agência Financiadora: PIBIC/ CNPq.